

Estado ou do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 23 de janeiro de 2012.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

12 de abril de 2012. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*.

Nota curricular

Nome — Clarinda Paulina Monteiro Pinto.

Data de nascimento — 25 de dezembro de 1963.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas:

12.º Ano de escolaridade Curso de formação DocBase Windows — sistema de Arquivos DocBase Atendimento — O canal de Comunicação Privilegiado do Cidadão Formação em «A Requisição de Material» no GERFIP.

Experiência profissional:

Assistente Operacional no Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território — Secretaria-Geral do Ex-MAOT — Maio de 2010 a Janeiro de 2012;

Operadora de Reprografia no Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional — Direção de Serviços de Documentação, Comunicação e Relações Públicas — Maio de 2006 a Abril de 2010;

Operadora de Reprografia na Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — Maio de 1985-2006.

206006914

Despacho n.º 5720/2012

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunto no meu Gabinete o licenciado António João Sequeira Ribeiro, técnico superior do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P.

2 — O vencimento mensal fixado no referido diploma é pago 12 vezes por ano, com direito aos subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, sem prejuízo de quaisquer medidas que os tomem por objeto, estabelecidas por força da situação de dificuldade económica e financeira do Estado ou do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de março de 2012.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

12 de abril de 2012. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*.

Nota curricular

Nome — António João Sequeira Ribeiro.

Data de nascimento — 1964.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas — licenciatura em Direito. Mestrado em Direito. Curso Avançado de Gestão Pública — CAGEP.

Experiência profissional — técnico superior da Direção-Geral do Tesouro. Advogado. Advogado da Direção de Assuntos Jurídicos da Caixa Geral de Depósitos. Diretor de Assuntos Jurídicos do INAC. Adjunto do Gabinete do Provedor de Justiça. Subinspetor-geral do Ambiente. Inspetor-geral do Ambiente e do Ordenamento do Território. Docente universitário.

Outras atividades — doutorando na Faculdade de Direito de Lisboa. Editor para a área do ambiente da revista *Regulação & Concorrência*. Possui vários trabalhos publicados. Possui alguns louvores públicos.

206007019

Despacho n.º 5721/2012

O Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que define o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), prevê a constituição da Comissão Nacional da REN, órgão consultivo destinado a coordenar e articular a delimitação das áreas sujeitas a este regime, por forma a garantir a sua efetiva coerência sistémica.

Através do despacho n.º 11137/2010, de 7 de julho, atualizado pelo despacho n.º 15483/2010, de 14 de outubro, que alterou a composição constante do despacho n.º 12208/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 98, de 21 de maio de 2009, foram designados os membros da Comissão Nacional da REN. Considerando a tomada de posse do XIX Governo Constitucional e a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território aprovada pelo Decreto-Lei n.º 7/2012, de 27 de janeiro, importa designar os novos membros que, em representação das entidades e áreas elencadas no n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, constituirão esta comissão.

Assim, após auscultação dos vários setores envolvidos e ao abrigo do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, determino o seguinte:

A composição da Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional é a seguinte:

- a) O Diretor-Geral do Território, que preside;
- b) O Coordenador do secretariado técnico;
- c) O representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., Dr. Rui Rodrigues e a Eng.ª Cláudia Brandão, que o substitui nas suas faltas e impedimentos;
- d) O representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., Arq.ª Rosa Maria Ribeiro Arenga;
- e) O representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Dr.ª Maria José Leal Castanheira Neves;
- f) O representante do membro do governo responsável pela área da administração local, Dr. Paulo Jorge Duarte Gomes;
- g) O representante do membro do governo responsável pela área da agricultura, Eng.º José Gomes Pereira;
- h) O representante do membro do governo responsável pela área da economia, Prof. Miguel Cruz;
- i) O representante do membro do governo responsável pela área das obras públicas e transportes, Dr. Tiago Sousa d'Alte;
- j) Os representantes do membro do governo responsável pela área da proteção civil, Eng.º Carlos Mendes e Eng.ª Maria Andresen;
- k) Os representantes do membro do governo responsável pela área da defesa nacional, Dr.ª Ana Cristina Aragão e tenente-coronel Jorge Reis;
- l) O representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Sr. Joaquim Barreto;
- m) Os representantes das organizações não-governamentais de ambiente e ordenamento do território, Sr. Eugénio Sequeira e Sr. Camargo Santos;
- n) Duas personalidades de reconhecido mérito nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, Arq.º Biencard Cruz e Dr.ª Inês Pereira de Lima;
- o) Uma personalidade de reconhecido mérito no domínio agroflorestal, Eng.º Lúcio Pires do Rosário;
- p) Duas personalidades de reconhecido mérito nos domínios da economia, Eng.º José Peralta e Arq.ª Fernanda Vara.

16 de abril de 2012. — O Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Pedro Afonso de Paulo*.

205995332

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5722/2012

Considerando que foi aprovada a nova Lei Orgânica do Ministério da Saúde pelo Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e que neste âmbito foi criado o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, com a natureza de serviço central da administração direta do Estado, concretizando a opção de reforço da componente de planeamento e acompanhamento de programas de redução do consumo de substâncias psicoativas, na prevenção de comportamentos aditivos e na diminuição das dependências;

Considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de janeiro, diploma que estabelece a orgânica do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 13.º, do n.º 2 e da alínea c) do n.º 3 do artigo 23.º e do n.º 1 do artigo 26.º, todos do Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, e ainda do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de janeiro, e nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 2.º, do n.º 1 do artigo 18.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de

30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de substituição, para exercer o cargo de diretor-geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), o licenciado João Augusto Castel-Branco Goulão, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — Designo, em regime de substituição, para exercer o cargo de subdiretor-geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, o licenciado Manuel Ribeiro Cardoso, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

3 — O licenciado João Augusto Castel-Branco Goulão fica autorizado a exercer, em acumulação com as suas funções dirigentes, a atividade de docência nos termos do estabelecido no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com a alínea f) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, observando os limites temporais estabelecidos no despacho conjunto n.º 41/ME/90 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 28 de março de 1990.

4 — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 5 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de agosto, com a redação atual, é o licenciado Manuel Ribeiro Cardoso autorizado a optar pelo vencimento que auferir no lugar de origem, correspondente à categoria de assistente graduado sénior da carreira especial médica.

5 — A presente designação produz efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2012.

20 de abril de 2012. — O Ministro da Saúde, *Paulo José de Ribeiro Moita de Macedo*.

Sinopse curricular de João Augusto Castel-Branco Goulão

Nascido em 1954 em Cernache do Bonjardim, Sertã.

1971-1978 — Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina de Lisboa (Hospital de Santa Maria).

1979-1980 — Internato de Policlínica no Hospital de Santa Maria, Maternidade Dr. Alfredo da Costa e Centro de Saúde de Nisa.

1981-1982 — Serviço Médico à Periferia no Concelho de Faro.

1982 — Exame de Ingresso no Internato Complementar.

1983 — Ingresso na Carreira de Clínica Geral, tendo sido colocado no Centro de Saúde de Faro.

1988-1992 — Convidado pela Comissão Instaladora do Centro das Taipas a frequentar um estágio naquele Centro, com vista à criação de uma estrutura de atendimento a toxicodependentes no Algarve. Convidado pela Comissão Instaladora da ARS do Algarve para preparar a equipa e organizar o Serviço de Prevenção e Apoio a Toxicodependentes (SPAT) de Faro, extensão de Centro de Saúde de Faro, assumindo a direção deste Serviço.

1992 — Nomeado Presidente da Comissão Instaladora do Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Algarve, em Comissão de Serviço, equiparado a Diretor de Serviços.

1993-1997 — Vereador da Câmara Municipal de Faro.

1995 — Nomeado Presidente da Direção Regional do Algarve do SPTT, com responsabilidades na organização dos serviços também no Alentejo; nova Comissão de Serviço, equiparado a Subdiretor -Geral.

1997-2002 — Nomeado (5 de março de 1997) Presidente do Conselho de Administração do SPTT, em Comissão de Serviço, equiparado a Diretor-Geral. Reconduzido em 2000, exercerá este cargo até 5 de dezembro de 2002, data de extinção do SPTT por fusão com o IPDT, dando lugar ao IDT (Instituto da Droga e da Toxicodependência). Representante português no Comité Científico do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT). Representante português no Comité de Acompanhamento do Programa Europeu de Prevenção da Toxicodependência. Membro da Comissão Executiva da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA. Integrou a Comissão para a Estratégia Nacional de Luta contra a Droga de 1999.

2003 — Regressou à atividade clínica no CAT da Parede e como Coordenador dos Serviços de Promoção de Saúde da Casa Pia de Lisboa.

2005 — Nomeado Presidente do Conselho de Administração do Instituto da Droga e da Toxicodependência e Coordenador Nacional de Combate à Droga Representante português no Conselho de Administração do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

2006 — Agraciado pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. Nomeado Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Droga e da Toxicodependência. I. P., na sequência da aprovação da nova Lei Orgânica do Ministério da Saúde.

2007 — Presidiu ao Grupo Horizontal Drogas do Conselho da Europa, no âmbito da Presidência Portuguesa da EU.

2009 — Obteve a categoria de Assistente Graduado da Carreira de Medicina Geral e Familiar. Eleito Presidente do Conselho de Administração do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

Sinopse curricular

Identificação:

Manuel Ribeiro Cardoso nasceu no Concelho de Proença-a-Nova, Distrito de Castelo Branco, a 17 setembro 1955, casado e pai de duas raparigas;

Residência: Rua Marechal Craveiro Lopes, Lote. 1-D, Fanqueiro, 2670 Loures;

Local de trabalho: Centro de Saúde de Loures.

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Medicina em 1981 na Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa;

Especialista em Saúde Pública em 1990 após conclusão do Internato Complementar de Saúde Pública;

Consultor em Saúde Pública em 1996 após concurso de habilitação.

Formação complementar: Curso de Medicina do Trabalho da Escola Nacional de Saúde Pública e o Ciclo de Estudos Especiais em Administração da Saúde, na mesma instituição.

Atividade Profissional:

Assistente de Saúde Pública, no Centro de Saúde da Amadora, em 1990 após concurso de provimento;

Em 1992 foi transferido para o quadro do Centro de Saúde de Loures;

Em 1996, Assistente Graduado de Saúde Pública;

Em 2002 é colocado no Centro de Saúde de Loures, como Chefe de Serviço de Saúde Pública, ao abrigo do n.º 7 do artigo 32.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho;

No Centro de Saúde da Amadora além das atividades de Autoridade de Saúde desenvolveu alguns projetos na área da Saúde Pública e Comunitária em articulação com as outras «forças vivas» da cidade. Participou na elaboração do primeiro processo de candidatura da cidade da Amadora à rede Europeia das Cidades Saudáveis, da OMS. Os projetos referidos integraram esse processo;

Em Maio de 1990 foi nomeado Autoridade Sanitária do Concelho da Amadora;

Em 1991 é transferido para a Direção-Geral da Saúde, para coordenar o projeto, do Ministério da Saúde, para o Ano Europeu da Higiene, Segurança e Saúde no Local de Trabalho — Trabalho Seguro, Vida Saudável;

Na Divisão de Saúde Ocupacional, foi ainda nomeado como: Perito Nacional, no Grupo da Comissão Europeia, para a preparação da Diretiva Comunitária relativa ao «Transporte Intracomunitário de Corpos de Pessoas Falecidas» — Luxemburgo; Representante do Ministério da Saúde na Comissão Consultiva para a Redação do novo Código da Estrada e na Comissão Nacional da Revisão da Lista das Doenças Profissionais; Representante da Direção-Geral da Saúde no Grupo de Trabalho «Equipas de Identificação de Cadáveres» do Serviço Nacional de Proteção Civil;

Em 1994, na Divisão de Saúde Ambiental passa a coordenar a área dos Pesticidas/biocidas/substâncias perigosas. No exercício das suas funções foi nomeado como:

Representante da Direção-Geral da Saúde: na Comissão de Toxicologia dos Pesticidas; na Comissão de Avaliação Toxicológica dos Produtos Fitofarmacêuticos; na Autoridade Técnica para os Riscos Industriais Graves; nos «Technical Meeting on Existing Chemicals Following Council Regulation -EEC 793/93» — Ispra, Itália; no Forum Pesticidas da OCDE — Paris; na Comissão de Vistorias das «Unidades Privadas, atuam na Área da Toxicodependência»;

Representante do Ministério da Saúde no acompanhamento da elaboração da diretiva biocida, nas reuniões do grupo ambiente do Conselho — Bruxelas;

Contact-Point da OCDE, em Portugal, para os Biocidas; Contact-Point da Comissão Europeia, em Portugal, para a Diretiva Biocidas;

Coordenador do grupo de trabalho interministerial com vista à preparação de legislação regulamentadora da atividade de desinfeção;

Entre 1996 e 1998 foi nomeado Autoridade de Saúde para fins de assessoria do Diretor-Geral da Saúde;

Entre junho de 1998 e dezembro de 2002, foi vogal do Conselho de Administração do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT);

No Conselho de Administração, constituído por um presidente e dois vogais, foram-lhe atribuídas, entre outras, responsabilidades no planeamento e gestão, na articulação com as unidades privadas do tratamento e com os subsistemas de saúde, bem como no licenciamento e fiscalização das unidades privadas de tratamento;

Em dezembro de 2002 regressa ao Centro de Saúde de Loures; É nomeado responsável pelo Serviço de Saúde Pública do Centro de Saúde e Coordenador do Programa de Saúde Escolar/Saúde Oral;

Em junho de 2003 é nomeado Autoridade de Saúde e Delegado Concelheiro de Saúde do concelho de Loures e representa o Centro de Saúde: na Comissão Municipal de Turismo; na Comissão Coordenadora Concelhia do Projeto Eurídice; no Conselho Municipal de Segurança; no Conselho Municipal de Educação e no Centro Municipal de Operações de Emergência de Proteção Civil;

Em maio de 2005 é nomeado vogal do Conselho de Administração do Instituto da Droga e da Toxicod dependência. É ainda nomeado membro suplente do Conselho de Administração do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência, em representação do Estado português;

Em novembro de 2006, com a alteração da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, é nomeado vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P., cargo que tem desempenhado até à data;

Com a atribuição ao IDT, I. P., de competências na área do álcool, tem representado o IDT e o Estado Português no «Committee on National Alcohol Policy and Action» integrado na «estratégia comunitária para apoiar os Estados Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool», bem na Organização Mundial de Saúde.

206005934

Gabinete do Secretário de Estado da Saúde

Despacho n.º 5723/2012

Nos termos da alínea a) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 89/2010, de 21 de julho, autorizo a renovação da contratação do aposentado António Francisco Pires Esteves Caldas, cujo exercício de funções médicas foi previamente autorizado pelo Despacho n.º 2738/2011, de 1 de fevereiro de 2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 8 de fevereiro de 2011, ao abrigo dos artigos 4.º e 5.º e dos n.ºs 1 a 3 do artigo 6.º do mesmo Decreto-Lei n.º 89/2010.

18 de abril de 2012. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

206006882

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Aviso (extrato) n.º 5957/2012

Procedimento concursal comum, tendo em vista o preenchimento de 14 postos de trabalho para a categoria de enfermeiro da carreira de enfermagem, na modalidade relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do Mapa de Pessoal da ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P., para o Agrupamento dos Centros de Saúde do Oeste I — Oeste Norte, aberto pelo Aviso n.º 15673/2010, na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 152, de 6 de agosto de 2010.

Lista de classificação final

Candidatos admitidos

Cristina Maria Fernandim Costa — 17,590 g)
 Cristina Maria Caetano Catarino — 17,490
 Magda Teresa Martins dos Santos — 17,450 a)
 Maria Lúcia Gonçalves Faria — 17,450 g)
 Filipe Alexandre Gomes Sebastião — 17,390
 Cátia Marina Martins Dias — 17,150
 Paula João Sousa da Silva — 16,990
 David Manuel Lourenço Bragaia — 16,910
 Luciana Silva Machado — 16,890
 Silvana Laura Freitas Silva — 16,870
 Cláudia Maria Rodrigues dos Santos — 16,790 h)
 Débora Cristina Ruivaco Sousa Tavares — 16,530 a) b)
 Bruno Alexandre Rodrigues Vicente — 16,530 a)
 Catarina Sofia Simões Antunes — 16,420
 Anne Sophie Faustino Carvalho — 16,410
 Sandra Pereira Ferreira — 16,300
 Mónica Cristina Silva Duarte — 16,250 a) b)

Patrícia Raquel Carneiro da Costa — 16,250 a)
 Andreia Ribeiro Fernandes Pinto — 16,140
 Joaquim Filipe Silva Carreira — 16,030
 Eduardo Santos Carvalho Botelho Gil — 15,930
 Eunice Martins Carvalho Botelho Gil — 15,870
 Alexandra Maria Brites da Silva Lopes — 15,600 a)
 Joana Patrícia Oliveira Pinho — 15,600 c) d) e) f)
 João Pedro Varandas Lopes — 15,600 c) d) e)
 Rodrigo Crespo dos Reis — 15,480
 Todorka Stoiminova Doncheva Calisto — 15,440
 Gabriela Sabina Beles de Sousa — 15,350
 Maria Cláudia Lopes Gouveia — 15,330
 Maria Flor Queirós Pinto — 15,190
 Elisabete Catarina Teixeira Fernandes — 15,100
 Manuela Cristina Almeida Rocha — 14,950
 Joana Maria Gonçalves Salvador — 14,450 c)
 Carla Sofia Paiva Sequeira — 14,450
 Daniela Filipa Gaspar de Matos — 14,440 a)
 Rita Filipa Barros Magalhães — 14,440
 Ângelo Marques Bráz — 14,300
 Patrícia Alexandra Carvalho Martins — 13,950
 Sara Maria Cáceres Roque — 13,940
 Helena Maria Botelho Dias — 13,880
 Catarina da Silva Ferreira — 13,800
 Teresa Garcia da Costa — 13,600
 Melanie Oliveira Ferreira — 13,590
 Elisabete Santos Almeida — 13,580
 Cristina Maria Gomes de Macedo — 13,550

a) Desempenhar funções no Estabelecimento ou Serviço interessado — 1.º critério do júri — ata n.º 1

b) Maior experiência Profissional no Estabelecimento ou Serviço interessado — 2.º critério do júri — ata n.º 1

c) Maior experiência profissional nas várias áreas dos Cuidados de Saúde Primários — 3.º critério do júri — ata n.º 1

d) Desempenhar funções em Cuidados de Saúde Primários — 4.º critério do júri — ata n.º 1

e) Maior nota Curso Superior de Enfermagem — 5.º critério do júri — ata n.º 1

f) Ordenação alfabética do nome dos candidatos — 6.º critério do Júri — ata n.º 10

g) Já pertence ao Mapa de Pessoal da ARSLVT, com CTFPTI

h) Excluída por já não ter vínculo à função pública

12 de abril de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., *Luís Manuel de Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

206008218

Aviso (extrato) n.º 5958/2012

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se pública a lista unitária de classificação final resultante do procedimento concursal, para o preenchimento de 8 postos de trabalho, na categoria e carreira de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 15709/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 152, de 6 de agosto, homologada por despacho de 23/12/2011 do vogal do Conselho Diretivo desta ARS Lisboa e Vale do Tejo, I. P.,

Referência A

Nomes	Nota final
Ana Rita Silva Guiomar	18,26
Teresa Maria Vidal Costa Gomes	17,70
Vanda Maria Todi P. Pedroso Pereira	16,66
Cristina Maria Montenegro Carvalho Silva	16,64
Esmeralda Filomena Pestana Brito	16,38
Mafalda Isabel Melo Lopes Baptista	16,24
Cristina Maria Filipe Santos Lopes	15,88
Lúcia Helena Almeida Ribau	15,54
Teresa Alexandra Fagundes Barreto M. Calheiros	15,48
Daniel Ventura Francisco Santos	15,47
Patrícia Maria Passos Marcos	15,38
Maria João Neves Braz Fernandes Pereira	15,28
Cátia Alexandra Romão Teixeira	15,26
Elsa Cristina Alves da Silva	15,00
Madalena Candeias Mestre	14,86
Ana Paula Matos Ramos	14,66